

1 MÉTODOS E FONTES

Este trabalho, ao perspectivar-se na dimensão da história, exclui a ideia de qualquer ressurreição do passado total, mas no sentido da busca de uma história não limitada aos acontecimentos, ou seja, na procura de contactos com outras ciências do homem.

No sentido de que a história é uma ciência estruturada na duração (curta e longa) e com dimensão de ciência social global, orientam-nos os ensinamentos de Fernand Braudel: «a ciência social deve constituir como puder o modelo, a explicação geral e particular do social e substituir uma realidade empírica e desconcertante por uma imagem que seja mais clara, mais fácil de explorar cientificamente»^[1].

Por isso cabe na nossa perspectiva: a micro - história, inscrita no episódico e na curta duração; uma outra de carácter conjuntural, na percepção das alterações de civilização; uma última, estrutural no sentido do que é mais duradouro ou, face às anteriores, com carácter de invariante.^[2]

Quando partimos para este trabalho tínhamos já um enquadramento teórico - ideológico da problemática em estudo. Por isso, seguimos um processo simultâneo de recolha e selecção de informações, excluindo as que directamente não se dirigiam, em cada momento, ao centro das nossas preocupações de investigação, centrando-a, por isso, no estudo da emigração do concelho e na perspectiva da identificação dos emigrantes e no conhecimento dos quadros domésticos, bem como o que daí resultou no fenómeno de retorno.

Uma das técnicas seguidas neste trabalho, situou-se no quadro da investigação histórica, perspectivada predominantemente na sentido da micro-análise e da história estrutural, sem que tivéssemos esquecido os enquadramentos conjunturais informadores da matriz histórica -social local e os que, sendo de carácter nacional, terão influenciado a localidade. Tivemos em conta para o nosso trabalho que as técnicas de investigação correspondem ao conjunto dos procedimentos definidos e destinados à

produção de resultados iniciados na recolha selectiva de dados e acaba no seu tratamento, constituindo já a fase de obtenção de conclusões.

O método será assim a organização das diferentes práticas de investigação seguidas nas operações técnicas seguidas, sendo a metodologia a crítica das práticas de investigação, por forma a evitar «discursos apriorísticos e os enunciados genéricos».^[31]

O estudo da emigração é assim um problema de natureza quantitativa e qualitativa, pelo que, para cumprir os nossos objectivos de estudo, se impunha a descoberta de fontes escritas que nos viessem a fornecer as informações de identificação do emigrante requerente do passaporte, individualizando todos os acompanhantes, por forma a identificar todos os que saíram do território concelhio, escolhendo o período que vai de 1834 a 1926, procurando estruturar as informações contidas em tabelas, a partir das quais nos propusemos estabelecer correlações.

O estudo da mobilidade geográfica das populações é um fenómeno que permanece, ainda que com todas as limitações, essencial e necessariamente estatístico. A primeira dificuldade em quantificá-la surge, não só para o período pré-estatístico, como também para o estatístico.

Perante a dificuldade em conhecermos a dimensão quantitativa do fenómeno, importa observar as perspectivas e as abordagens em delimitar o objecto e o método do conhecimento do fenómeno.

O método estatístico, utilizado na análise dos diferentes dados: passaportes, recenseamento eleitoral, rol de confessados, permitiu-nos a construção de tabelas, através das quais relacionamos diferentes variáveis, tendo em conta a demonstração das hipóteses por nós formuladas.^[41]

Se a aproximação ao valor real e absoluto da emigração portuguesa tem constituído o grande desejo dos investigadores, ela não o deve cegar, impedindo-o do conhecimento de outras incidências sociais do problema. É neste pressuposto que, sem descurarmos o quantitativo particular do nosso estudo, procuraremos noutras fontes de natureza qualitativa o conhecimento da emigração local.

O estudo dos fenómenos da mobilidade espacial do homem, inscreve-se na perspectiva de investigação historiográfica definida por Fernand Braudel: «Não há facto em que se não possa distinguir uma parte de individual e uma parte de social, uma parte de contingência e uma parte de regularidade»^[5]

Assim, as migrações constituem assim um fenómeno dependente do contextos espaço/temporais concretos e que escapa à lucidez dos seus actores, inseridos em contextos próprios e cujos reflexos se manifestam posteriormente em múltiplas vertentes dos fenómenos sociais, por isso, devem ser inseridos na perspectiva de contacto com outras ciências do homem e o uso de fontes que nos permitam analisar a comunidade e classificar os estratos sociais de onde saíram os emigrantes.

Na perspectiva da análise das fontes, seguiremos a sua classificação em quantitativas e qualitativas, as quais permitem metodologias distintas, independentemente de serem manuscritas ou impressas. Se a classificação decorre da natureza das informações contidas na fonte, a técnica do seu tratamento também a determina.

Porém, através da nossa prática, concluímos que esta classificação não conduz à compartimentação das informações contidas nas fontes, dado que teremos sempre presente o carácter qualitativo das informações quantitativas e a possibilidade de organizar quantitativamente as informações de natureza qualitativa.

Por outro lado, se as informações possibilitam um tratamento analítico quantitativo, passível de análise diacrónica, de base estatística, identificando o comportamento social ao longo de um tempo curto ou longo, o contexto da sincronia permite considerações de carácter analítico potenciando leituras com incidências que escapam à primeira análise.

Por isso, sempre que as fontes de natureza meramente descritiva apresentem informações, passíveis de organização em tipos ou classes, o seu tratamento quantitativo é indispensável.

Teremos em conta o carácter global da análise diacrónica, procurando através da sincronia o estudo do momento. Assim, a informações de

caracter qualitativo, complementam a análise sincrónica, como complementos particulares, e, especialmente cruzando fontes de natureza distinta, permitindo o aprofundamento de informações sobre indivíduos, famílias ou grupos.

Dado que o observador é natural e residente do local do grupo em estudo, foi-lhe permitido situar-se nas perspectivas de análise não documental - história oral/observação-participante.

Pelo facto de residirmos no concelho em estudo à cerca de vinte anos e termos desenvolvido durante esse tempo trabalhos de recolha de dados e pesquisa em vários domínios, nomeadamente pesquisa histórica/patrimonial e etnográfica, e ser natural de uma freguesia limítrofe do concelho de Fafe, não integro de qualquer forma os grupos, as situações e processos sociais em análise.

Durante o processo de pesquisa entrevistamos emigrantes do Brasil, descendentes de «Brasileiros» e a antigos criados das suas casas, o que constituiu uma outra técnica de análise presente neste trabalho, num processo "reconstituição" do passado.

Tivemos o cuidado em filtrar as informações, perceber a fabulação, excluir discursos de protecção de imagens pessoais e familiares, perceber as conflitualidades familiares presentes nos discursos contraditórios, ladear as imagens de exaltação de passados poucos claros, procurando tecer com minúcia e distanciamento intelectual análises que fossem de encontro aos cuidados e precauções enunciadas por Pina Cabral, confiantes na nossa capacidade em manter conscientemente os limites e guardar a distância necessária ao rigor científico.^[6]

O estudo e os conhecimentos anteriores do processo de construção e da distribuição dos espaços e componentes urbanos, seus proprietários ou agentes construtores, relações de parentesco entre eles, e ainda o contacto com as famílias e descendentes actuais, conduzir-nos-ão ao entendimento da noção de território, grupo, poder, ... no sentido ideológico-social local.

Sabemos que neste trabalho nos debruçamos sobre uma realidade do passado e que o seu conhecimento constitui uma abstracção formal, tendo por base a utilização de processos e instrumentos analíticos para a apropriação desse mesmo passado, sentindo-nos numa permanente relação sincrónica e diacrónica da sociedade local.

Dado que as fontes de que nos servimos são de naturezas muito distintas, classificámo-las em duas categorias: documentais manuscritas, impressas e as não documentais.

Esta classificação nada tem a ver com a tipologia das informações aí contidas, referindo-se apenas à natureza das próprias fontes.

As manuscritas apresentam-se em estado bruto, ou seja, decorreram do exercício directo das práticas administrativas da Câmara Municipal, da Administração do Concelho, Registos Paroquiais, documentos particulares. Por outro lado, as impressas são já o produto de uma intencionalidade analítica, de tal modo que, para sua utilização, atenderemos a cuidados decorrentes da perspectiva e intenções do seu autor ou da instituição produtora dessas fontes e dos objectivos que presidiram à sua feitura, enquanto integrantes do fundo público.

Se as primeiras decorrem do exercício directo do acto administrativo, naturalmente subordinadas às intencionalidades político/administrativas civis ou eclesiásticas, as quais foram evoluindo no conteúdo e na estrutura conforme se foram modificando ou aperfeiçoando as instituições, ou do rigor do amanuense, as impressas correspondem a trabalhos analiticamente elaborados.

Recorremos as outras fontes, buscando informações que permitissem conhecer contextualidades temporais, sociais e culturais geradoras de sentido global e espacial do nosso estudo, recorrendo a bibliografias de carácter histórico, no sentido da perspectivação do nacional e, nas monografias e corografias, o que sobre a localidade e a região existia publicado, bem como, e a bibliografias de apoio teórico-científico, perspectivador do nosso estudo.

Para concretizar os nossos objectivos de estudo, impunha-se a descoberta de fontes escritas que nos fornecessem as informações documentais sobre: o processo histórico local, os actos e vivências sociais e familiares dos emigrantes, tendo em conta a sua utilização e valor quantitativo e qualitativo.

No que se refere aos locais de depósito e posse dos documentos designámo-los por: fundo público, fundo local (civis ou eclesiásticos) e fundo privado.

O nosso trabalho assenta, fundamentalmente no fundo local, constituído por documentos manuscritos, impressos, iconográficos, cartográficos. Os livros do fundo local são constituídos por: monografias sobre a história local, arte, arqueologia, documentação produzida pelas autoridades ou outras entidades locais, nomeadamente a emanada pela Câmara Municipal e outros órgãos autárquicos. As publicações periódicas: jornais, almanaques, anuários.^[7]

Caminhámos por todas estas fontes, na medida em que, o conhecimento «da vida quotidiana das pessoas que viveram há 50 ou 100 anos não será apenas testemunhada pelos relatos oficiais, notícias de jornais ou dados estatísticos, mas também por pequenas espécies, hoje para nós de importância ínfima e que normalmente todos desprezamos. [...] As fotografias e postais podem retratar paisagens e pessoas, e que mundo de informação contêm!. As alterações urbanísticas, os edifícios desaparecidos ou transformados, a iluminação e os transportes públicos, o vestuário e os penteados, as poses, enfim a memória visual de muitas épocas da vida de uma comunidade está aí conservada.»^[8]

Do fundo privado, consultamos os arquivos particulares de um «Brasileiro», constituído pela sua correspondência comercial e particular, bem como tivemos acesso privilegiado a informações das famílias dos descendentes sobre a memória familiar e as tramas e trajectórias dos emigrantes e seus descendentes. Visitámos demoradamente as suas casas, os objectos pessoais, ouvimos as histórias das famílias, penetrando

na intimidade explícita e no que de secreto nelas existe, preservando imagens sociais e as inimizades não reveladas.

No decurso dos finais do século XIX e inícios do XX surge uma extensa bibliografia, onde são apresentadas as características gerais da emigração portuguesa, baseadas em fontes nacionais.

Estas fontes são o produto do cumprimento das obrigações atribuídas aos Governos Cívicos de dar conta ao Governo semanalmente da execução dos Regulamentos a respeito dos passaportes em geral e da diligência ou negligência no cumprimento do estipulado nos Artigos 249, I, e Notas, conforme o artigo 230.

A lei prescrevia ainda que deveriam ser dissuadidos de emigrar os que solicitassem passaporte para esse fim e remeter regularmente ao Governo um mapa semestral de todos os navios, que dos portos do seu Distrito saíssem com colonos, designando o porto da saída, o nome do navio e sua nacionalidade, o do capitão, o número dos passageiros, seu sexo, idade e o porto de destino, conforme prescrevia a Portaria Circular de 11 de Maio de 1854.^[9]

No cumprimento destes normativos e daqueles que referimos no capítulo anterior assenta a natureza das fontes em que se tem baseado os estudos sobre a emigração, a partir das quais foram construídas as estatísticas nacionais e os registos oficiais.

Numa primeira análise, surge a problemática dos clandestinos e sua representatividade estatística, em que Maria I. B. Baganha, analisando a fiabilidade daquelas fontes nacionais, conclui «que as características sócio-demográficas dos emigrantes registadas nas fontes nacionais fornecem uma visão incompleta e distorcida do fluxo migratório, pelo que a sua revisão se torna necessária».^[10]

Por outro lado, está por aferir o cumprimento por parte das entidades mediadoras do Estado no cumprimento do estipulado na Lei, ou seja, em que medida os Governadores Cívicos davam cumprimento à obrigação de «dar conta ao Governo semanalmente da execução dos Regulamentos a respeito dos passaportes» e «remeter regularmente ao Governo um mapa

semestral de todos os navios, que dos portos do seu Distrito saíssem com colonos, designando o porto da saída, o nome do navio e sua nacionalidade, o do capitão, o número dos passageiros, seu sexo, idade e o porto de destino» como referimos, tendo, ainda em conta, que a intenção dissuasiva da emigração estabelecida por lei.

Depois dos estudos sobre o volume e composição sócio-demográfica de emigração legal, [Freitas 1867; Figueiredo, 1873; Martins, 1891; Costa, 1911; Carqueija, 1916; Bettencourt, 1961; Evangelista, 1971; Godinho, 1978; Pereira, 1981] começaram a surgir diferentes abordagens e perspectivas de estudo dos clandestinos, de entre os quais se destacamos os de M. Ioannis Baganha e Jorge F. Alves [1994, pp.147-161], seguindo perspectivas e metodologias distintas para o problema.

O nosso trabalho centra-se particularmente no fluxo legal da mobilidade, ou seja, naqueles que efectivamente manifestaram vontade de migrar ou emigrar, junto do Administrador do Concelho, cumprindo todas as obrigações e condicionamentos legais atrás descritos, para que lhes fosse concedido o passaporte, ficando excluída qualquer referência aos clandestinos.

Desde 1825, nenhum passageiro podia sair dos portos do Reino sem passaporte legal e todos estavam obrigados a solicitar passaporte para saírem da sua residência para além de 5 léguas de distância. Por outro lado, aqueles que transitassem sem passaporte, ficavam sujeitos a uma multa de 2\$4000 réis, à excepção dos trabalhadores, que se dirigissem ao Alentejo para se empregarem na agricultura, estavam dispensados de passaporte. No entanto, deveriam ser munidos de Guias gratuitas, passadas pelos Administradores de Concelho, com os nomes e sinais dos portadores.

Estamos assim, perante a existência de um controlo apertado sobre os cidadãos, utilizando o passaporte como instrumento de controlo, e as guias de trânsito como um eufemismo. Isto é, as guias distinguiam-se do passaporte apenas pelo custo e pelas penas atribuídas aos que circulassem sem elas.

Para o estudo da emigração do concelho de Fafe, existe no Arquivo Municipal de Fafe uma série de livros destinados ao registo de emigração, não catalogados e que organizámos. Desta fonte elaborámos um quadro síntese que apresentamos em anexo dos livros consultados: registo das guias de trânsito; relações de certificados de identidade a pessoas que na administração do concelho solicitaram guias para obterem passaporte para o império do Brasil; registos do processo para concessão de bilhetes de identidade para a saída do reino; registo de processos de justificação para concessão de passaportes cujos processos eram enviados ao Governador Civil; registos das guias de identidade para operários para irem trabalhar para Espanha; termos de abonação ou reconhecimento de identidade de pessoas a favor de militares e mancebos que dele necessitam para obter licença militar a fim de ausentarem do país; termos de abonação ou reconhecimento de identidade em favor de pessoas do sexo feminino que pretendam ausentar-se do país, e aos quais seja exigido atestado de honestidade e comportamento; termo de abonação ou reconhecimento de identidade de pessoas que tenham pretensões militares. Estas fontes, ainda que com designações diferenciadas, apresentam uma sequência cronológica que cobre os anos de 1834 a 1926.

Dado que, para os anos de 1873-76 e 1896-1908, no arquivo municipal não encontramos os livros correspondentes, em sua substituição, consultamos os registos do Governo civil de Braga.

Nesta fonte os dados aparecem formalmente divididos em duas partes: uma, à esquerda com os sinais particulares do emigrante (idade, altura, rosto, sobrolho, olhos, nariz, boca e cor). Com frequência é referida a alfabetização: "escreve" ou "não escreve"; a outra parte do registo refere o nome do emigrante, estado civil, nome do pai e por vezes da mãe, naturalidade ou residência, o destino, data de saída.

Quando é casado é referido por vezes o nome do cônjuge. No caso de o titular se fazer acompanhar de outras pessoas, como: a mulher, os filhos, enteados, sobrinhos, criados ou outros, os dados de identificação são apresentados no mesmo registo, referindo-se aí as relações de parentesco

com o titular. Existem outras informações não sistemáticas, tais como: lugar onde o requerente se dirige para requerer o passaporte (Porto ou Braga), lugar de embarque (Porto ou Lisboa), se vai engajado ou não e, no caso afirmativo é referido o nome do engajador. Quando o passaporte é de pessoas casadas do sexo feminino, este indica o nome do cônjuge e que vai para a sua companhia.

Esta fonte, ainda que não se cumprindo sistematicamente a estrutura informativa referida, mantém uma grande regularidade, percebendo-se que o escrivão, cumpria, no essencial, a identificação cuidada do emigrante.

Diga-se que, a administração municipal era muito mais cuidadosa na identificação dos candidatos à emigração, dando-nos informações muito rigorosas. Damos como exemplo a minúcia com que são identificados os expostos, indicando, lugar onde foi exposto, onde foi baptizado, quem foi a sua ama e onde residia.

Nos "termos de abono identidade", o processo é semelhante, ainda que neste caso se trate de um registo escrito em forma de acta, onde constam todos aqueles dados, sendo pormenorizada a descrição dos dados do emigrante, nomeadamente o nome dos pais, a naturalidade e residência, bem como o declarante abonador da identidade e que se responsabiliza pela identificação do requerente e por duas testemunhas, as quais são identificadas pelo nome, profissão e residência. Estes " termos " a partir de Março de 1882 passam a apresentar-se selados.

No caso dos "termos de fiança ao recrutamento", além dos dados referidos do requerente mancebo, que se propõe emigrar e das testemunhas abonatórias, é referida a data do seu nascimento, bem como as condições impostas pelo normativo ao fiador.

Podemos afirmar que estamos perante fontes muito seguras sobre o que foi a mobilidade regional entre 1834-1862 e a emigração entre 1834 e 1926, permitindo-nos que os dados recolhidos fossem informatizados em três bases de dados distintas: uma, dos indivíduos que migraram para destinos dentro do país (internos), entre os anos 1834-1862, outra com os

indivíduos que, entre 1834 e 1930, saíram do país para destinos externos e uma terceira com os que requereram passaportes do Governo Civil do Porto para o exterior do país, entre 1836-1885, tendo, os dados desta última, sido cedidos por Jorge Fernandes Alves.

A estrutura destas bases de dados contém os seguintes campos: Nome; idade; data de nascimento; sexo; estado civil; naturalidade (lugar, freguesia, concelho); profissão, alfabetização, situação ao nascimento (legítimo, ilegítimo e exposto); nome do cônjuge; nome do pai; nome da mãe; data de saída, destino, engajamento; dados do abonador: nome; estado civil, profissão, alfabetização, residência; observação (residência do emigrante, acompanhantes).

Em todas as fixas conseguimos todos os dados sobre o nome do migrante e do emigrante, a freguesia e concelho de naturalidade, sexo, destino, data de saída, a residência. O nome do pai aparece quase sempre e o nome dos dois ascendentes é sempre referido nos termos de identidade. A profissão é outro dado muito regular, excepto no caso de menores.

No processo de recolha de dados e perante a dificuldade em distinguirmos indivíduos com o mesmo nome, decidimos incluir para análise estatística, todos os passaportes, independentemente de se tratar de uma única saída ou de passaporte de reemigração - "torna-viagem", ou seja analisamos o fenómeno e não a ausência individual.

O «Livro dos elegíveis para deputados e mais cargos públicos a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882, em conformidade das leis de 30 de Setembro de 1852, 29 de Novembro de 1859 e de 8 de Maio de 1878, é composto de cento e sessenta folhas, com termo de abertura e de fecho e assinado com a data de 25 de Janeiro de 1881 e assinado pela Comissão de recenseamento do concelho: José António Vieira de Castro, Adolfo Augusto Leite Ferreira Leão, António Augusto de Meireles, António Joaquim da Silva, José Maria Soares e Castro, Luís Ribeiro Vieira de Castro, Francisco Gomes Vieira de Castro.

Esta fonte apresenta os seguintes dados: nº de ordem; Nomes dos recenseados; Morada: freguesia e lugar; Emprego ou profissão, Estado

Civil; Idade; Título Literário; Contribuições: do estado, diversas; elegíveis: deputados, municipais, paroquiais; os 40 maiores contribuintes do concelho. Estes dados estão ordenados por ordem alfabética das freguesias do concelho de Fafe e, cada uma delas, por ordem alfabética dos eleitores.

A primeira folha apresenta uma síntese do conteúdo indicando o número de folhas, número de eleitores e elegíveis por freguesia. Na segunda, o círculo de Fafe designado de n.º 15, apresenta a quatro capitais das assembleias eleitorais (Fafe, Moreira, Vila Cova e Seidões) e respectivas freguesias que a compõem cada uma, e, ainda, um quadro resumo do número de eleitores: (Fafe - 1495; Moreira - 870; Vila Cova - 1029; Seidões, 1095). A capital da Assembleia de Seidões integra a freguesia de S. Bartolomeu do Rego, do Concelho de Celorico de Basto, tendo nós excluído esta freguesia por não integrar o concelho em estudo.

Esta listagem, permite-nos identificar os habitantes de cada uma das trinta e seis freguesias, que se encontravam na condição de serem eleitores e/ou elegíveis, em conformidade com o estipulado no Decreto de 30 de Setembro de 1852.

Ao fazermos o cruzamento destes dados com os Rois de Confessados de Quinchães, permitiu construir uma compreensão mais completa do quadro sócio-económico da freguesia e das respectivas famílias.

O cadastro ou rol de confessados da freguesia de São Martinho de Quinchães constituiu outra fonte e que introduzimos na nossa base de dados: N.º de Ordem; Nomes; Estado (civil); Anos (idade); Confessados; Número de: Varões e Fêmeas; Ausentes

Esta fonte informa-nos da estrutura e composição de cada um dos agregados familiares da freguesia, identificando o cabeça de casal e mulher, filhos, netos, avós, sobrinhos, expostos, criados, enteados, cunhados residentes no fogo. Estes dados permitiram-nos fazer a classificação de tipos de agregados familiares, identificar os ausentes no quadro das famílias e respectivas idades, bem como, quando cruzar os dados com os do recenseamento eleitoral.

O censo da população do reino de Portugal, 1 de Dezembro de 1890, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900; Parte II. : «População de facto em cada Concelho, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo e por grupo de idades», como fonte estatística dá-nos o quadro da ocupação dos activos e sua distribuição por profissões, muito importante como informação complementar do recenseamento eleitoral de 1881 e construção de estruturas sociais e profissionais, para além do conhecimento sócio-económico do concelho.

Na impossibilidade temporal da reconstituição da paróquia de Fafe, inicialmente tida como propósito, tendo em conta o método de Maria Norberta Amorim e o que refere para a questão central do nosso estudo,^[11] dado ser, em nosso entendimento a única forma de excluirmos os indivíduos em processo de reemigração, e conhecermos com adequada fiabilidade a verdadeira dimensão quantitativa e sócio-familiar dos emigrantes por freguesia, optamos por fazer, nesta fase do trabalho, levantar os nascimentos entre 1802 e 1870, complementando as informações com entrevistas às famílias em observação.

Depois de reconstituirmos as famílias, através do método referido, poderemos vir completar o nosso estudo, com maior aprofundado, tendo em conta a matriz sócio - demográfica das famílias produtoras da migração e emigração, bem como entender o fenómeno de retorno, no quadro dos posicionamentos sociais dos respectivos grupos domésticos e perspectivar com maior rigor as motivações do retorno, como instrumento estratégico de reprodução e conservação de estatutos sociais.

FONTES

a) Arquivo municipal de Fafe

Actas de deliberações municipais: livro de actas nº4, 16/8/1836, 18/05/1838, 18/07/1838, 04/08/1839, 23/09/1839; livro de actas nº7, 03/01/1858, 06/09/1859; livro de actas nº14, 12/11/1890, 26/12/1892, 4/11/1889, 11/11/1889, 10/12/1892, 26/12/1892, 26/08/1895; livro de actas nº15, 02/06/1897; livro de actas nº16, 24/10/1906; Livro de actas nº19, 05/06/1913, 18/09/1913; livro de actas nº22, 24/02/1917.

Auto de lançamento da décima de prédios, maneiio e juro, de 15/07/1829.

Contada receita e despesa com a aula de instrução primária na freguesia de Travassós - 1876 a 1877.

Documento anexo ao "livro da descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós", 20 de Dezembro de 1886.

Documento anexo ao livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e escola em Travassós", 20 de Dezembro de 1886.

Foral de Montelongo - D. Manuel, 5 de Novembro de 1513, Arquivo Municipal de Fafe.

Livro da conta corrente da receita e despesa com o Asilo de Montelongo.

Livro da Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós, 20 de Dezembro de 1886.

Livro dos elegíveis para deputados e mais cargos públicos -1881/82.

Questionário às Instituições de Beneficência, no ano económico de 1876-77, segundo a Portaria do Ministério Público, de 12 de Junho de 1876.

Registo das guias de identidade para operários deste concelho para irem empregar-se em Espanha- 1910-1915

Registo de guias de trânsito 1834-1873; 1876-1885;

Registo de processo de justificação para concessão de passaportes - 1922-1926.

Registo de processos de justificação para concessão de passaportes cujos processos são enviados ao Governo Civil - 1907-1909; 1909-1922

Registo de termo de fiança à obrigação do serviço militar- 1907-1914

Registo de termos de fiança ao recrutamento - 1873-1883

Registo dos processos para concessão de bilhetes de identidade para a saída do reino- 1907-1911.

Relação de certificados de identidade conferidos na administração- 1885-1889.

Termos de abono de identidade a pessoas que nesta administração solicitarem guias para obterem passaporte para o Império do Brasil - 1886-1888.

Termos de abono de identidade das pessoas que solicitarem guias de passaportes- 1889-1894

Termos de abono de identidade das pessoas que solicitarem guias para obterem passaporte para país estrangeiro - 1888-1889.

Termos de reconhecimento e abono de identidade das pessoas a quem na administração se conferirem guias para obterem passaportes - 1894-1896.

Termos de abonação ou reconhecimento de identidade de pessoas a favor de militares e mancebos que dele necessitam para obterem licença militar a fim de se ausentarem do país - 1922-1923

Testamento cerrado de José Alves de Freitas - Livro de Registo de Testamentos, nº95, fol.34-38, 1918

Testamento cerrado de José Florêncio Soares, Livro de Registos de Testamentos, nº.51, fl.1-6, 1901

Registo de passaportes a estrangeiros e nacionais para fora do reino pelos portos de mar e pela raia seca - 1873-1876.

b) Arquivo do Governo Civil de Braga

Registo dos passaportes - 1896-1908

Mapa de repartição da contribuição municipal do concelho de Fafe- 1872/73.

c) Arquivo do Governo Civil do Porto

Registo de passaportes - 1836-1885

d) Arquivo paroquial de Fafe

Mapa da repartição da Derrama Paroquial da freguesia da Vila de Fafe, ano civil de 1893

e) Arquivo paroquial de Quinchães

Cadastro ou rol de confessados: 1875-1895

f) Arquivo da fábrica do Bugio

Título de licença para o estabelecimento duma instalação eléctrica, Ministério do Fomento, Direcção dos serviços Técnicos - 1ª divisão, 31 de Julho de 1913.

g) Arquivo da Misericórdia de Fafe

Relato autobiográfico de Francisco José Leite Lage.

h) Arquivo do Tribunal da Comarca de Fafe

Livro de direito do julgado de Fafe, Livro dos culpados do cartório do escrivão Serafim Pereira Leite Rocha.

i) Diários do governo

Diários do Governo, de 30 de Setembro de 1852; de 3 janeiro de 1854; de 7 de Agosto de 1855; de 4 de Junho de 1859, de 5 de Maio de 1873; 17 de Abril de 1873, 25 de Abril de 1907
Código Administrativo Português de 18 de Março de 1842, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.

j) Fontes impressas : Almanques, jornais, estatísticas, relatórios

Almanaque de Fafe, Fafe, 1909 a 1926.

Censos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920

Estatutos do Clube Fafense da Vila de Fafe, Fafe, ed. Tip. Adolfo Coimbra, 1901.

Inquérito Industrial Português, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

O Comércio do Porto, Porto, 21/03/1863.

O Desforço, Fafe, 23/11/1893; 14/12/1893; 21/07/1907; 16/4/1908; 16/07/1908; 29/10/1908; 06/12/1912; 01/06/1914; 09/09/1920; 23/06/1921.

Povo de Fafe, Fafe, 31/07/1907.

[1] Braudel, Fernand, *Historia e Ciências sociais*, Lisboa, Presença, 1976, p. 139

[2] *Idem*, pp.43-44

[3] Almeida, João Ferreeira de - Madureira Pinto, José, *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 4ª ed, 1990

[4] Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992, p.218

[5] Braudel, Fernand, *História e Ciências Sociais*, 2ª Ed., Lisboa, Presença, 1976, p. 130

[6] Pina-Cabral, João de, *Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, 1991, p.44

[7] Nunes, Henrique M. Barreto, "A biblioteca e a memória da vida local", *Separata do boletim cultural*, 9, Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, 1989, pp.4-6

[8] *Idem*, *ibidem*.

[9] *Código Administrativo de 18 de Março de 1842*, anotado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, p.130-131

[10] Baganha, Maria Ioannis B. «Uma Imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre a emigração», in Roel, António Eiras, *Emigracion Espanhola Y Portuguesa A América*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil- Albert, 1991, pp.161-173

[11] Amorim, Maria Norberta, *Demografia Histórica - Um programa para a Docência*, Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 1991, pp.63-69